O complexo da ordem

Em A natureza do direito de Eric Voegelin

The Complexity of Order in The Nature of Law by Eric Voegelin

Cristina Montalvão Sarmento

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2261>

DOI: 10.4000/cultura.2261

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Janeiro 2006

Paginação: 297-304

ISBN: 0870-4546

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Cristina Montalvão Sarmento, « O complexo da ordem », *Cultura* [Online], Vol. 22 | 2006, posto online no dia 22 fevereiro 2016, consultado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2261> ; DOI : 10.4000/cultura.2261

Este documento foi criado de forma automática no dia 19 Abril 2019.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

O complexo da ordem

Em A natureza do direito de Eric Voegelin

The Complexity of Order in The Nature of Law by Eric Voegelin

Cristina Montalvão Sarmento

NOTA DO AUTOR

Este texto é integrado na Cultura, número pensado em homenagem a Zília Osório de Castro. Não fui formalmente sua aluna, mas os seus textos e, em particular, a sua forma de encarar a vida universitária transmitiram-me um modelo de interrogação científica e de convívio académico que, estou certa, influenciará várias gerações na Universidade Nova de Lisboa.

A partir da experiência quotidiana do direito, Eric Voegelin penetra pela sua superfície fenomenal para averiguar da existência de um núcleo ontológico. Fiel à tomista possibilidade do conhecimento modesto de coisas supremas, primeiro, considera que o direito é mera consequência da sociedade, porquanto a ordem jurídica deriva da ordem da sociedade, para, em seguida, considerar a ordem da sociedade proveniente de um todo maior e anterior à mesma: a ordem do mundo que se identifica com a própria ordem do ser.

Com Voegelin, o direito é entendido como tendo por natureza ontológica a estrutura da sociedade, cujo direito a sociedade é, e como tendo por critério, a relação do homem com o ser, tal como nós podemos sabê-lo através da filosofia e da revelação, num exemplo moderno de filosofar ao estilo clássico.

Investigando a ordem

Em Eric Voegelin (1901-1985) encontramos um quadro de pensamento dotado de paradigmas ordenadores. Tal como ele afirmava, para interpretar um autor, devemos assumir o compromisso de procurar o centro motivador do seu pensamento. A obra de

Voegelin tem um fio condutor e um plano intelectual, desde o primeiro artigo em 1922 até à publicação póstuma, em 1987, de *In Search of Order*, que se traduz numa cautelosa confiança de Voegelin na possibilidade de urna inquirição ontológica.

Para Voegelin a existência humana é "um movimento perturbador na mediação da ignorância e do saber, do tempo e da ausência de tempo, da imperfeição e da perfeição, da esperança e da realização e, finalmente, da vida e da morte. Da vivência desse movimento, e da ansiedade em não perder a direcção certa na mediação entre escuridão e luz, é que surge a inquirição sobre o sentido da vida".¹

Porque considerava epistemologicamente insustentável a dicotomia entre declarações empíricas e julgamentos de valores, na medida em que o "filosofar" autêntico tem sempre uma base "empírica", e pode ser caracterizado como "um resultado da história da vida do filósofo e, além disso, da história da comunidade cujos símbolos de linguagem partilha, e ainda mais além, da história do cosmos",² Voegelin explora a participação do homem na realidade ensaiando a articulação de conceitos que permitam compreender o homem na sua existência. Ao afirmar que não há nenhum caminho para "sair do ser", a reflexão filosófica parte da vivência da própria participação do filósofo, numa arrojada interrogação ontológica.

Deste esforço de radicalização, "de superação da instância sujeito-objecto, tipificada na estrutura ser-no-mundo"³ que indica uma unidade anterior que reclama a sua própria superação e enraizamento ontológico, resulta, para Voegelin, a necessidade de reorientarmos grande parte do simbolismo herdado da nossa linguagem "científica".

Voegelin afasta idealismo e materialismo por tentarem reduzir o "Ser" ao nível de um segmento ou dimensão particular. O materialismo não alcança justificar a realidade da consciência considerada como um reflexo de um processo material externo. Por sua vez, o idealismo não consegue ver que o esclarecimento que a consciência nos dá a respeito da realidade "interna" não penetra quer no Ser natural criado, quer no terreno do Ser enquanto tal. O natural permanece um mundo externo no duplo sentido de algo fora da consciência e de algo exterior a si próprio. Consequentemente um sistema idealista ou materialista não podem sustentar a inquirição ontológica.

Para Voegelin, tratar a questão da natureza do direito surge como um corolário da coerência de toda uma obra. Um exame ainda que superficial da lista das suas obras mostra a variedade dos seus interesses que abrangem os campos da filosofia, ciência política, economia, sociologia e da teologia num desprezo inaugural pelas fronteiras convencionais entre disciplinas, numa tentativa criadora de reconquistar para o nosso tempo a visão integral perdida no cientismo positivista do séc. XIX.

No entanto, vale a pena lembrar que, ao contrário de muito filósofos políticos, Eric Voegelin começou a sua carreira como estudioso das instituições políticas, e só mergulhou nos problemas filosóficos depois de se lhe ter tornado claro que não é possível compreender acontecimentos ao nível político (prático) ou fenomenológico, enquanto não os tenhamos observado no contexto de uma ordem maior das coisas ou, para sermos mais precisos, empregando o seu simbolismo, no contexto da experiência humana da ordem de ser.

Já enquanto estudante de Direito orientado por Hans Kelsen, Voegelin cedo refuta esse positivismo normativo que postula uma teoria pura do direito, herdeira de uma teoria geral do Estado e marcada pela *normlogik* da Escola de Marburgo, mas não optou em alternativa pelas sendas neo-kantianas, afinadas pela razão prática da Escola de Baden.⁴

Procurou uma outra via, ao projectar uma ciência política como construção de uma teoria geral da sociedade, de que resultará na década de cinquenta *A Nova Ciência da Política* (1952)⁵ que condensa o reconhecimento da afirmação que a ética e a política clássica, e cristã, continham uma proposta de ciência de ordem.

Quando a ciência política se concentra na análise de sistemas de governo e de poder, remete a ordem paradigmática das sociedades para um estatuto ideal e Voegelin foca a sua atenção no que a sociedade tem de substancial: "para analisar o que a sociedade possui de substancial, a sua adequação à ordem de ser descoberta na consciência e concretizada mediante instituições, é preciso questionar a finalidade contida nos actos de fundação, ou seja, ligar representação e verdade".⁶

Ao esclarecer que a existência e a ordem das sociedades dependem da estruturação do real, e que a análise dos paradigmas da sociedade, deve preceder a análise dos problemas do poder, imputa à génese de cada sociedade uma relação com a verdade que representa e a que chama ordem. Em Voegelin a verdade da ordem alcançada pela consciência, não deve superar a ordem da sociedade concreta, importa antes, manter uma relação de tensão entre o paradigma da ordem e as formas políticas históricas.

Será a par dos três primeiros volumes de *Ordem e História* (1956-1957), que Voegelin apresenta as suas categorias centrais de ordem e história. Os homens associam-se numa comunidade, criam uma ordem concreta, a que correspondem símbolos conscientemente elaborados. A ordem nasce de uma interrogação pessoal acerca do ser, transmitida em símbolos articuladores do acto fundador e da institucionalização pública. Para identificar essa ordem o intérprete tem que experimentar uma tensão ordenadora equivalente à experiência original.

Escrito em 1957, *A Natureza do Direito* deve ser entendida neste contexto. Sendo o único texto abrangente e sistemático de Voegelin sobre o direito, numa fase de maioridade do seu pensamento, descobrimos o direito entendido à luz da categoria da ordem, categoria central do seu pensamento mas ainda longe dos desenvolvimentos posteriores da sua obra.

Voegelin encontrava-se simultaneamente numa transição ainda incompleta, em que a par da recuperação e diferenciação da tradição política do realismo noético, patente na experiência clássica da razão, assumirá como cerne da sua pesquisa (ao apresentar as formulações posteriores sobre a teoria da consciência), a experiência da ordem (*Anamnesis*, 1966) e do seu projecto inacabado de uma ciência da ordem.

Na medida em que a nossa própria busca de sentido é ainda permeada pela interpenetração de sentidos externos, porque há um reconhecimento implícito de limites assumidos, a nossa proposta de leitura parte de uma compreensão cingida ao mero reconhecimento externo do percurso Voegliano na tentativa de apreender o direito como resultado do processo autoconstituente da sociedade. Como parte do processo pelo qual a sociedade dá a si mesma existência e se preserva a si mesma, em existência ordenada. Porque tem de ligar o homem à sociedade, ao Mundo e a Deus, exige que se entenda o respectivo processo de criação como uma recolha e uma descoberta da ordem verdadeira.

Finalmente, a metodologia Voegliana implica assumir roturas com as noções de natureza, cultura e ciência tal como as assumimos. Questionar a *natureza* do direito, como *realidade cultural* corno Voegelin fez, prescreve implicitamente a ultrapassagem de modelos científicos, indo mais longe e incluindo o modo de filosofar.

A natureza do direito

Por negar a compreensão do direito como um esquema de respostas governamentais às condições e a ações existenciais, internamente consistentes com uma norma básica, divorciado por isso de critérios ontológicos de ordem, a que a sua experiência histórica pessoal obrigou a pesquisar,⁷ Voegelin parte dos instrumentos clássicos de análise filosófica a que submete a questão de saber se o direito tem uma natureza.

Recuperando o conceito de natureza entendida como essência, como fizera S. Tomás,⁸ Voegelin é implacável na busca da essência. Apesar de falarmos de direito no singular, o direito existe numa pluralidade de ordens, de modo diferenciado, em diversas sociedades e, no entanto, todas as regras jurídicas são entendidas como essenciais no (próprio) seu ordenamento.

O direito poderia ser um agregado de regras (espécie ou forma) individualizável e a natureza do direito seria conduzida à finalidade de descobrir as regras comuns, estas comporiam a essência do direito porquanto as regras, de conteúdo variável, seriam propriedades não essenciais.

Todavia a relação de espécie e individuação, não se poderia aplicar no caso de considerarmos a ordem jurídica como um agregado de regras válidas, pois toda e qualquer regra é essencial para a ordem onde vigora, independentemente de não existir em qualquer outra ordem. A singularidade da sua ocorrência não diminui a sua validade. Pelo que à superfície dos fenómenos, a validade seria uma categoria mais útil do que a essência para abordar o direito.

Deste modo a tentativa de encontrar a natureza do direito através da comparação de diferentes ordens jurídicas, na esperança de encontrar a essência, deve então ser abandonada face à experiência quotidiana que nos impõe a validade de toda a regra individual, na ordem concreta, como sendo um elemento determinante. Voegelin desviou a análise do direito como um fenómeno isolado, em direcção ao direito no seu contexto social.

Ao afirmar que o "ataque analítico ao problema da essência foi vencido por agora"⁹ e tendo em conta que a validade está na origem do transtorno, Voegelin irá questionar este conceito, donde conclui que a partir do conhecimento quotidiano reconhecemos uma dimensão temporal dessa mesma validade. Este elemento poderá ser útil ao problema da existência.

A ordem jurídica muda, mas não muda em todas as suas partes, permanece um corpo imutável de regras suficientemente amplo para reter a identidade da ordem. A preservação da identidade não é diferente de outros domínios do ser.

Neste contexto, observa Voegelin, o direito, no seu significado descritivo, é a substância da ordem em qualquer domínio do ser. O processo de criação do direito é o meio de garantir a substância da ordem entre os seres humanos, agrupados em sociedade. Perspectiva a partir da qual Voegelin vai expor, sumariamente, as várias construções teóricas da relação dos processos de criação do direito e de substância da ordem.

Segundo Voegelin, com Platão e Aristóteles, coube ao filósofo indagar o conteúdo da ordem, e o direito é formulado para a garantir. Na Renascença, coube ao príncipe articular o direito positivo aos direitos divinos e natural, posteriormente, só ao direito natural e finalmente ao seu arbítrio. Com a secularização e a desintegração da filosofia, a

questão da substância da ordem verdadeira é ignorada colocando-se a ênfase no processo positivo da criação do direito.¹⁰

Desta sua demonstração, resulta que é na ordem da sociedade que a natureza do direito deve ser procurada, recuperando o realismo clássico em que se ensaia descobrir o direito de baixo para cima a partir do ser empírico, procurando detectá-lo no homem comum e na linguagem corrente, fundados no horizonte de uma ordem superior.

Complexo da ordem

"O direito, no sentido de um agregado de regras válidas, deve ser colocado no contexto social do processo em que ele é criado; e o processo de criação do direito deve, por sua vez, ser colocado no contexto da sociedade que garante a ordem substantiva por meio deste processo. Todo o complexo é uma unidade de significado, uma entidade".¹¹

O termo direito poderá mudar de significado conforme for usado para significar o todo ou apenas uma parte do complexo. Todo o complexo da ordem é a entidade cuja natureza se deverá analisar quando procuramos a natureza do direito.

Ao analisar o complexo da ordem, Voegelin regista as tensões, por um lado, entre a ordem substantiva verdadeira e o processo de criação do direito e, por outro lado, entre a ordem substantiva verdadeira e a ordem social tal como existe.

Relativamente à primeira tensão, a validade de mudanças na estrutura constitucional não se pode explicar em termos de processo procedimental, mas apenas em termos de *continuum* da sociedade cuja ordem é conformada por referências extra jurídicas.

Estas fontes extra jurídicas incluem a autoridade da estrutura do poder na sociedade, articulando uma ordem que se pretende conforme aos critérios ontologicamente verdadeiros para a ordem humana substantiva sob condições existenciais. Neste sentido, o direito implica mais do que regras jurídicas; abrange todos os esforços dos seres humanos para estabelecer ordem numa sociedade concreta.

Quanto ao segundo tipo de tensões, entre as ordens sociais existentes e a ordem substantiva verdadeira, estas existem porque o homem tem a experiência da sua sintonia com a ordem do ser estar dependente da sua acção. Esta tensão é a fonte ontológica do dever (ou normatividade).

A ordem jurídica não tem estatuto ontológico próprio, mas é parte de um processo pelo qual a sociedade dá a si mesma existência e se preserva a si mesma em existência ordenada. A entidade mais ampla é o objecto da indagação, e a ordem existe de facto na medida em que é parte do complexo mais vasto.

Nesta esfera, Voegelin faz comparecer o direito enquanto ordem normativa, como representação da realidade, exigente à própria realidade. A ordem normativa expressa a tensão entre a ordem empírica – ordem social existente – e uma outra ordem superior, a ordem substantiva, a ordem do ser ou a ordem verdadeira, para utilizar a terminologia voegliana.

Nessa ordem verdadeira residiriam as verdadeiras regras, apenas passíveis de serem descobertas, assumindo-se, deste modo, o carácter auto-constituente da sociedade.

Direito e ordem

A ordem jurídica não tem estatuto ontológico próprio, porquanto a tenhamos como objecto de estudo desligada do seu contexto, e neste sentido a validade das suas regras nada é mais do que o significado atemporal das suas proposições.

Com a introdução de fenómenos contextuais a validade das regras adquire um corpo de realidade. As regras jurídicas são proposições acerca da ordem da existência humana na sociedade. A regra jurídica por sua vez não é um significado no vazio mas parte de uma sociedade ordenada. Esta não tem intenção cognitiva mas quer dizer uma verdade que exprime a tensão ontológica do dever sem a qual a ordem ficaria à mercê da força.

A validade da regra jurídica contém, o componente da normatividade no sentido ontológico. Todavia, contém mais, na medida em que não há existência do homem independentemente da ordem na sociedade.

A ordem da existência humana é indivisivelmente a ordem da existência humana na sociedade. E o dever, tal como se descobre a si mesmo na experiência da tensão entre a ordem empírica e a ordem verdadeira, inclui a disciplina da paixão, tanto individual como social.

Neste sentido "o direito não é um comando de um *leviatã* para pessoas que por medo de uma situação pior, renunciaram a todo o direito de objectar. O direito também não é simplesmente o resultado de um pacto social entre indivíduos autónomos, pelo qual renunciam reciprocamente a licenças no esforço de evitar o mal. O direito igualmente não é só a vontade expressa de uma maioria garantindo o seu próprio interesse auto definido, imediatamente mundano, ou o de uma classe dominante".¹² A análise mostra o direito como parte da ordem que uma sociedade gera para si mesma, através dos seus representantes, no esforço de conseguir o bem comum.

Consequentemente uma ordem jurídica particular pode ser julgada pelo grau com que garante a todas as pessoas, seres espirituais bem como materiais, agora vivos ou por nascer, a possibilidade de desenvolver ao máximo a capacidade de cada um participar na vida que, por criação, cada um partilha com Deus e outras pessoas.

A ordem do direito é, em última análise, a ordem social consistente com a plenitude da realidade. Neste sentido, para Voegelin, a ascensão de movimentos doutrinários gnósticos que ensaiam a ordenação da sociedade, pela fusão da autoridade normativa com a autoridade do poder, é uma fusão deliberada de componentes diferenciados diversos da unidade primordial.

A indagação acerca da natureza do direito implica a indagação das fontes normativas da autoridade, da razão e da revelação, problema negligenciado na ciência do direito, ou mesmo completamente desprezado, pois como refere Eric Voegelin "o nosso ambiente cultural tornou-se tanto anti-religioso como anti-filosófico".¹³

Em consequência advoga que a experiência clássica da razão indica uma atitude originária sem a qual não se pode superar a crise da modernidade. E o essencial dessa atitude reside na descoberta do espírito, como a realidade onde humano e divino se sintonizam, e a partir do qual teoria e prática se deixam diferenciar como modalidades distintas da consciência. O agir surge como um âmbito ligado à estrutura originária do homem; não é um produto, mas um contexto onde a reflexão ocorre.¹⁴

Neste regresso à autêntica reflexão teórica, Voegelin propõe para o direito um modelo de ciência dos princípios pois como afirma "Os princípios devem retomados através de um trabalho de teorização que tenha origem na situação histórica concreta do nosso tempo e que atenda à amplitude do saber empírico contemporâneo".¹⁵

NOTAS

1. Cfr. Dante Germino, "Eric Voegelin O "Metaxo " da Vida Humana", in Minogge, Kenneth R. & Crespigny, Anthony de, *Filosofia Política Contemporânea, Pensamento Político*, Tradução de Ivonne Jean, 2ª ed., Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.
2. Dante Germino, "Eric Voegelin's Anamnesis" em *The Southern Review*, Inverno, 1971, pp. 68-88.
3. Cfr. Joaquim Cerqueira Gonçalves, *Fazer Filosofia,?-Como e Onde?-,* Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1995, p. 15.
4. Cfr., José Adelino Maltez, no prefácio a Eric Voegelin, *A Natureza do Direito e outros textos jurídicos*, tradução. de F. Virgílio Ferreira, Lisboa, Vega, 1998 e para mais desenvolvimentos, ainda de J. A. Maltez, *Princípios de Ciência Política, O Problema do Direito, Elementos de Filosofia do Direito e de História do Pensamento Jurídico*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, 1996, pp. 407-417.
5. Voegelin, Eric Hermann Wilhelm, *The New Science of Politics. An Introduction*, Chicago, University of Chicago Press, 1952, 2.ª ed., Prefácio de Dante Germino, 1987. *A Nova Ciência da Política*, trad. de José Viegas Filho, introd. de José Pedro Galvão de Sousa, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1979.
6. Cfr. Mendo Castro Henriques, *A Filosofia de Eric Voegelin*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 56-62.
7. Eric Voegelin pertence à geração que atravessou o Atlântico para fugir às perseguições nazis.
8. Saint Thomas D'Aquin, *L'Être et L'Essence*, Texte, trad. e notas de Catherine Capelle, Paris, Vrin, 1987, p. 18. *De Ente et Essentia*, 1265.
9. Cfr. Eric Voegelin, *The Nature of Law and Other Related Legal Writings*, Baton Rouge, Louisiana University Press, 1991. Edição portuguesa, *A Natureza do Direito e Outros Textos Jurídicos*, trad. de Fernando Virgílio Ferreira, prefácio de José Adelino Maltez, Lisboa, Vega, 1998. Adiante designada por ND, vide, p. 50.
10. ND, pp. 71-74.
11. ND, p. 75.
12. Robert Anthony Pascal e James Lee Babin, no prefácio à edição em inglês de ND/NL, p. 39.
13. ND, p. 128.
14. "Reason; the classical experience", in *Anamnesis*, 1966, p. 89-115; Citado por Mendo Castro Henriques, *A Filosofia Civil de Eric Voegelin*,... Op. Cit., p. 89.
15. Cfr. Eric Voegelin, *The New Science of Politics. An Introduction*, Chicago, University of Chicago Press, 1952, 2ª ed., Prefácio de Dante Germino, 1987. Edição em língua portuguesa portuguesa, *A Nova Ciência da Política*, trad. de José Viegas Filho, introd. de José Pedro Galvão de Sousa, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1979, p. 3.

RESUMOS

A partir da experiência quotidiana do direito, Eric Voegelin penetra pela sua superfície fenomenal para averiguar da existência de um núcleo ontológico. Fiel à tomista possibilidade do conhecimento modesto de coisas supremas, primeiro considera que o direito é mera consequência da sociedade, porquanto a ordem jurídica deriva da ordem da sociedade, para, em seguida, considerar a ordem da sociedade proveniente de um todo maior e anterior à mesma: a ordem do mundo que se identifica com a própria ordem do ser. Em Voegelin, o direito é entendido como tendo por natureza ontológica a estrutura da sociedade cujo direito a sociedade é, e como tendo por critério a relação do homem com o ser tal como nós podemos sabê-lo através da filosofia e da revelação, num exemplo moderno de filosofar ao estilo clássico.

Starting from the daily experience of law, Eric Voegelin pierces through its phenomenal surface to inquire into the existence of an ontological nucleus. Loyal to the Thomist possibility of having a humble knowledge of supreme things, first he ponders that law is a mere consequence of society, since the legal system comes from the order in society; immediately after he considers that the order in society comes from something greater and previous to society itself: the order of the world which identifies itself with the order of the being. Voegelin understands law as having as its ontological nature the structure of society, whose law is the society itself, and as having as a criterion the relationship of man with the being, as we can know it through philosophy and revelation, in a modern example of philosophising according to the classic style.

ÍNDICE

Palavras-chave: direito, Eric Voegelin, ordem

Keywords: Law, Eric Voegelin, order

AUTOR

CRISTINA MONTALVÃO SARMENTO

CHC-UNL.

Licenciada em Direito (UCP-1985) e em História (FLUL-1997), fez os cursos de Mestrado em Relações Internacionais (IEHEI-França, 1987), em Ciência Política (ISCSP-UTL, 1994) e em Filosofia (FLUL-1999). Doutorou-se em Ciência Política na área de Teoria Política (UNL-2004). Exerceu funções docentes nas Universidade dos Açores e do Algarve, sendo actualmente Professora Auxiliar na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Políticos. Colabora com diversas instituições, nomeadamente com o Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna. Na qualidade de Sub-Directora do Centro de História da Cultura da UNL (2004) tem coordenado editorialmente a Revista *Cultura*. *Revista de História e Teoria das Ideias*. Desde 2006 é secretária-geral da Associação das Universidades de Língua Portuguesa.